

ATA Nº 06/2026 DE 25.06.2026**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TAIÓPREV**

Ata da reunião ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió – TAIÓPREV, realizada ao vigésimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões do TAIÓPREV. Atendendo convocação, compareceram os seguintes membros Titulares do Conselho de Administração, Simão Seleme Neto, Marcio Farias, Dirceu Roberto Willwock, Marcio Farias, Irinéia de Lurdes Cardoso Baldessar, Douglas Soares, João Ricardo Mees, Luciana Sumariva e dos representantes dos suplentes, Cristiane Xavier da Silva Saraiva, Jessé Tiago Fernandes, e além da Diretora Presidente Indianara Seman, Assessora Jurídica Ludmila Priscila dos Santos Pirola, Diretora Administrativa e Financeira Tayse Ariane Geremias. Aberto os trabalhos pelo Vice Presidente do Conselho Dirceu Roberto Willwock, cumprimentou todos os presentes e em seguida passou a palavra para Indianara que iniciou explanando a pauta da reunião. De acordo com a pauta, são objetivos desta reunião: **1. Leitura da Ata do Comitê de Investimentos 24.06.2026; 2. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – maio de 2026; 3. Apresentação do ALM 2026; 4. Alteração do horário de reunião do mês julho; 5. Assuntos gerais.** Seguindo pelo primeiro assunto da pauta: **1. Leitura da Ata do Comitê de Investimentos 25.06.2026.** Indianara faz a leitura da ata do comitê de investimentos do dia 24.06.2026 sendo estas colocadas para votação e todas as decisões foram aprovadas por unanimidade. **2. Análise dos Resultados e Relatório de Investimentos – maio de 2026.** Indianara apresentou a carteira de maio de 2026 que encerrou tendo sua composição dividida em Títulos Públicos na Curva 52,20%; Fundos de Renda Fixa 27,60%; Ativos de Renda Fixa 14,34%; Fundos de Renda Variável 5,36%; Investimentos no Exterior 0,28%; Fundos de Participações 0,22%; Contas Correntes 0,00%. A meta para o mês de maio de 2026 ficou estabelecida em 1,04% sendo (IPCA + 5,68% A.A.) e a meta alcançada foi de 0,80 % obtendo um retorno financeiro positivo no mês de R\$ 745.254,20 (setecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos). **3. Apresentação do ALM 2026.** Indianara apresenta o estudo de ALM 2026 que foi elaborada com base na fronteira eficiente de Markowitz e nas diretrizes da Política de Investimentos vigente. O objetivo foi compatibilizar o retorno esperado com as obrigações atuariais de longo prazo, buscando reduzir a volatilidade e assegurar a estabilidade financeira do RPPS. A carteira recomendada apresentou retorno real médio anual esperado de 6,70%, superior à meta atuarial (IPCA + 5,68%), com volatilidade anualizada de apenas 0,10%, significativamente inferior à da carteira atual (7,29% de retorno e 1,05% de volatilidade). Entre os principais ajustes sugeridos, destacam-se: Redução da exposição em Fundos CDI/IRF-M 1, de 26,83% para 19,92% do patrimônio; Eliminação da posição em fundos de ações e IMA-B, visando menor risco; Aumento da participação em NTN-B de longo prazo, especialmente títulos com vencimento em 2035 e 2040, reforçando a aderência ao perfil atuarial do plano; Manutenção das Letras Financeiras em 14,32% e dos Fundos Estruturados em 0,13%. Conforme registrado no documento: “O estudo de ALM apresenta o resultado de uma carteira compatível com a meta de rentabilidade estabelecida, com um retorno real médio esperado de 6,70% com a menor volatilidade anualizada possível, 0,10%”. O Comitê reconheceu que a carteira recomendada representa uma estratégia mais conservadora e alinhada ao horizonte de longo prazo, reforçando a importância de sua análise para subsidiar futuras deliberações sobre a política de investimentos do Instituto. Conforme apresentado na reunião de abril o cálculo atuarial 2026 deveria ser reavaliado considerando os índices das aposentadorias por invalidez, e após a reavaliação da Lumens, o resultado atuarial apontou o mesmo resultado. Mantendo assim a apuração do déficit atuarial de R\$ 13.957.361,68, sendo esse valor acrescido ao valor já amortizado de R\$ 78,4 milhões totalizando um déficit atuarial aproximado de R\$ 92,4 milhões de reais. O novo plano de amortização deve ser encaminhado para a câmara de vereadores para ser aprovado respeitando prazo da noventena para a sua entrada em vigor. **4. Alteração do horário de reunião do mês julho.** Indianara comenta que no mês de julho será necessário a alteração do horário das reuniões dos conselhos e comitê em razão de que na semana inicialmente definida ocorrerá o evento XP Expert. A mudança visa evitar conflito

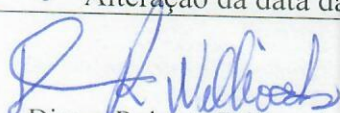
CNPJ: 05.287.617/0001-53

Rua Coronel Feddersen, 111, Seminário – CEP: 89.190-000 – Taió/SC
Telefone: (47) 99281-7082 – e-mail: taioprev@taio.sc.gov.br

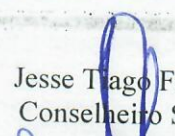
de agenda e garantir a participação dos membros. **5. Assuntos gerais.** Nada mais havendo a tratar lavrou-se esta ata que segue por mim assinada, Tayse Ariane Geremias e demais membros do Conselho de administração presentes na reunião.

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO:

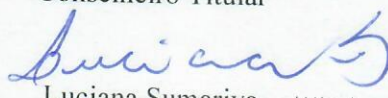
- Aprovadas as alocações e decisões de investimentos do comitê de investimentos de maio de 2026;
- ALM 2026;
- Alteração da data das reuniões do mês de julho.


Dirceu Roberto Willwock
Conselheiro Titular

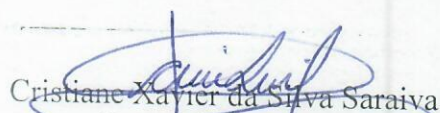

Simão Selme Neto
Conselheiro Titular

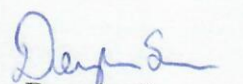

Jesse Tiago Fernandes
Conselheiro Suplente

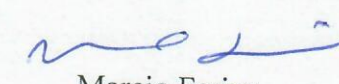

João Ricardo Mees
Conselheiro Titular

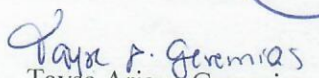

Luciana Sumariva
Conselheiro Titular

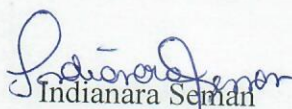

Irineia de Lurdes Cardoso
Baldessar
Conselheiro Titular


Cristiane Xavier da Silva Saraiva
Conselheiro suplente


Douglas Soares
Conselheiro Titular


Marcio Farias
Presidente do conselho de
Administração


Tayse Ariane Geremias
Diretora Administrativa e
Financeira


Indianara Seman
Diretora Presidente


Ludmila Priscila dos Santos
Pirola
Assessora Jurídica

RESOLUÇÃO n.º 15/2026, DE 25 DE JUNHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO
MÊS DE MAIO QUANTO À EXECUÇÃO E ADERÊNCIA DA
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026.

MÁRCIO FARIAS, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Taió/SC - TAIOPREV, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, disposta no Art. 157 da Lei Ordinária nº 3.625, de 19 de dezembro de 2012 e,

Considerando a deliberação constante em Ata da reunião do conselho de administração realizada no dia 25 de junho de 2026:

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Relatório de Gestão de Investimentos do mês de MAIO, bem como a execução e aderência da política de investimentos 2026.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Taió, 25 de JUNHO de 2026.



MÁRCIO FARIAS
Presidente do Conselho de Administração do TAIÓPREV

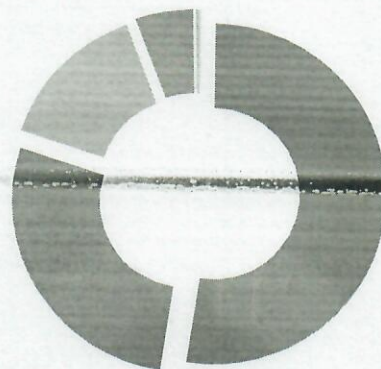
TAIÓPREV

Os recursos do TAIÓPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO

Títulos Públicos	52,20%
BTG Pactual	12,64%
Itaú Unibanco Asset	7,78%
BB DTVM	6,38%
Caixa DTVM	4,45%
Bradesco	3,69%
Tarpon	2,49%
Guepardo Investimentos	2,03%
Daycoval Asset	1,49%
Vinci Gestão	1,47%
Santander Asset	1,27%
SPX Gestão	1,21%
Banrisul Corretora	1,15%
XP Allocation Asset Management	0,58%
BTG Pactual Asset DTVM	0,58%
Butiá Gestão	0,37%
Vinci Capital	0,13%
Tarpon Gestora	0,09%
Sicredi	0,00%



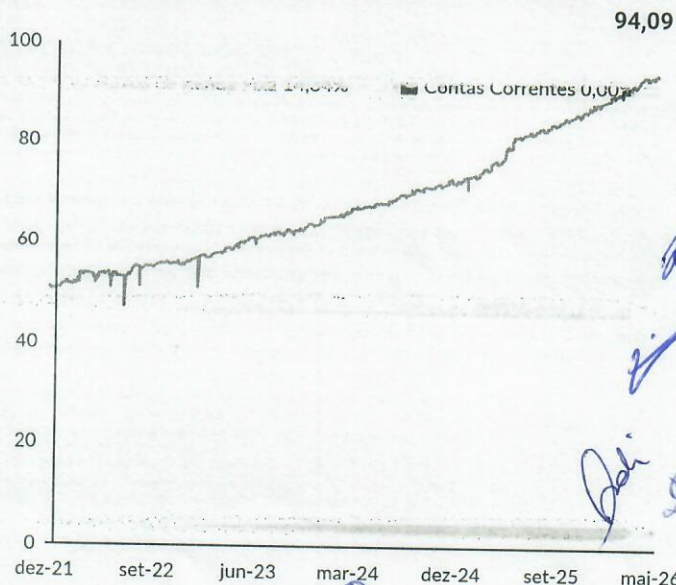
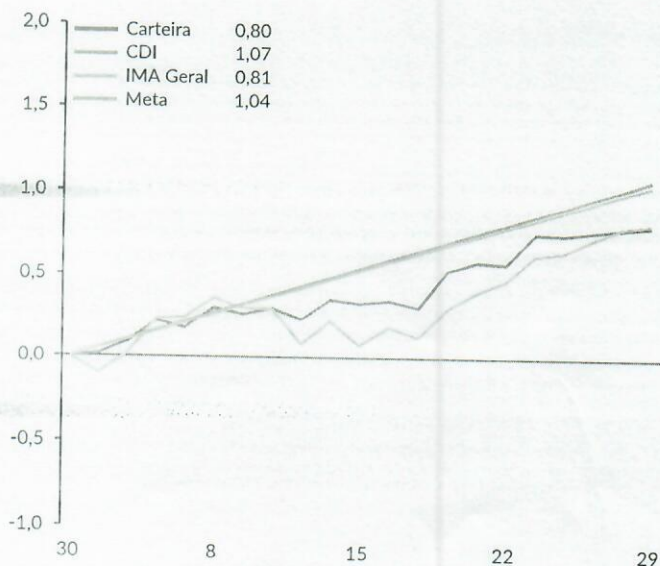
Títulos Públicos na Curva 52,20%	Investimentos no Exterior 0,28%
Fundos de Renda Fixa 27,60%	Fundos de Participações 0,22%
Ativos de Renda Fixa 14,34%	Contas Correntes 0,00%
Fundos de Renda Variável 5,36%	

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
TAIÓPREV	0,80%	5,17%	11,93%
META - IPCA + 5,68%	1,04%	5,60%	10,42%
CDI	1,07%	5,66%	14,76%
IMA GERAL	0,81%	5,29%	13,48%
IBOVESPA	-7,22%	7,86%	26,83%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



TAIÓPREV

Desde o início do atual conflito envolvendo os Estados Unidos e o Irã, observa-se uma alta dos juros ao redor do mundo. Os impactos inflacionários provocados pela restrição de uma parcela relevante da oferta global de petróleo passaram a incorporar prêmios maiores nas taxas de juros, em meio à necessidade de os bancos centrais conterem o avanço dos preços e evitarem uma desancoragem adicional das expectativas de inflação.

Em particular, a curva de juros de longo prazo dos Estados Unidos apresentou elevação significativa. As taxas dos títulos do Tesouro americano de 10 anos acumularam alta de aproximadamente 50 pontos-base desde o início do conflito, refletindo a percepção dos agentes de que o Federal Reserve deverá manter uma política monetária mais restritiva por um período prolongado, diante das incertezas relacionadas às consequências da guerra e da resiliência demonstrada pela economia americana.

No final de maio, surgiram notícias mais positivas para os mercados. A possibilidade de reabertura do Estreito de Ormuz pelo Irã ganhou força em meio às negociações com os Estados Unidos, que seguem avançando de forma gradual, mas ainda enfrentam diversos obstáculos desde a assinatura do acordo de cessar-fogo em abril. Essa perspectiva contribuiu para uma redução dos preços do petróleo nos mercados internacionais, aliviando parcialmente o principal canal de transmissão do conflito para a inflação global. Ainda assim, a volatilidade deve permanecer elevada enquanto um acordo definitivo não for formalizado, o que limita um fechamento mais consistente das curvas de juros globais.

Historicamente, movimentos de alta nos juros de longo prazo americanos costumam apresentar correlação negativa com os mercados acionários, sobretudo em economias emergentes como o Brasil, que tendem a ser mais sensíveis a choques externos.

Essa preocupação também ficou evidente na ata da última reunião do Federal Reserve. O comitê adotou um tom mais cauteloso, e a dissidência de três membros em relação à manutenção do viés de baixa para os juros evidenciou a preocupação crescente com a inflação. A maior parte dos participantes avaliou que um aperto monetário adicional poderia ser apropriado caso os preços permanecessem persistentemente acima da meta.

Os dados recentes reforçam essa avaliação. Em abril, o Índice de Preços das Despesas de Consumo Pessoal (PCE) atingiu 3,8% em 12 meses, enquanto seu núcleo avançou para 3,3%, sustentando a percepção de que o espaço para novos cortes de juros permanece bastante limitado no curto prazo.

Assim como a economia dos Estados Unidos segue demonstrando resiliência, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro também apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2026. A atividade econômica avançou 1,1% na comparação trimestral e acumulou expansão de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os dados mais recentes mostraram recuperação em alguns segmentos importantes da economia. A indústria extrativa continuou sendo um dos principais destaques, impulsionada pelo aumento da produção de petróleo e beneficiada pelo ambiente de preços elevados da commodity. Além disso, a construção civil apresentou retomada, movimento relevante por se tratar de um setor tradicionalmente mais sensível a condições financeiras restritivas e ao encarecimento do crédito.

Pelo lado da demanda, a economia também mostrou sinais de força. O consumo das famílias acelerou em relação aos trimestres anteriores, sustentado por políticas de estímulo à renda, crescimento dos salários reais e um mercado de trabalho que permanece resiliente. Esse conjunto de fatores contribuiu para um maior dinamismo da economia brasileira no primeiro trimestre do ano.

No entanto, as expectativas continuam apontando para uma desaceleração da atividade nos próximos trimestres. A manutenção de uma política monetária contracionista e de condições de crédito mais restritivas tende a continuar limitando o crescimento, especialmente nos setores mais sensíveis ao custo de financiamento.

Em linha com uma atividade econômica ainda resiliente, os últimos Boletins Focus seguem mostrando revisões altistas para as expectativas de inflação. A combinação entre demanda doméstica aquecida, mercado de trabalho apertado e pressões persistentes sobre os preços dos alimentos continua dificultando o processo de convergência da inflação para a meta.

Além disso, o mercado acompanha com atenção a possibilidade de ocorrência de um evento de El Niño mais intenso até o final do ano, conforme avaliações de órgãos meteorológicos como a NOAA. Caso esse cenário se confirme, poderão surgir pressões adicionais sobre os preços de alimentos, especialmente ao longo de 2027, horizonte que possui maior relevância para as decisões de política monetária do Banco Central do Brasil.

Dessa forma, o balanço de riscos para a inflação continua assimétrico para cima. Esse cenário se torna ainda mais desafiador diante de um mercado de trabalho que permanece apertado, sustentando o crescimento da renda e do consumo das famílias. Ao mesmo tempo, a produtividade da economia brasileira tem mostrado evolução limitada, enquanto os salários reais continuam avançando em ritmo superior. Essa combinação tende a elevar os custos das empresas e sustentar pressões inflacionárias, reduzindo o espaço para uma flexibilização mais intensa da política monetária e reforçando a necessidade de manutenção de juros restritivos por um período prolongado.

TAIÓPREV

O câmbio tem sido um dos principais fatores que vêm limitando a alta da inflação sobre a economia brasileira. O cenário externo contribuiu de forma favorável para a taxa de câmbio ao longo do último ano, sustentado por um fluxo de capitais relativamente positivo para os ativos domésticos. Além disso, a posição do Brasil como exportador líquido de petróleo e de commodities agrícolas reduz parte da vulnerabilidade da economia aos choques recentes observados nos mercados globais. Soma-se a isso a relevância crescente de minerais estratégicos presentes no país, incluindo as chamadas terras raras, tema que ganhou destaque no cenário internacional. Esse conjunto de fatores contribui para que o Brasil continue sendo percebido como um destino relativamente atrativo dentro do universo de mercados emergentes, ajudando a sustentar o câmbio.

Contudo, existem fatores que historicamente aumentam a volatilidade cambial, e o ambiente político é um dos mais relevantes para o caso brasileiro. À medida que o calendário eleitoral se aproxima, a tendência é de maior sensibilidade dos mercados aos desdobramentos políticos. Eventos recentes envolvendo os principais candidatos podem alterar a dinâmica da disputa e influenciar a percepção dos investidores em relação aos rumos da política econômica a partir do próximo ano.

Nesse contexto, os próximos meses tendem a ser marcados por um aumento da incerteza política, fator que pode pressionar os prêmios de risco dos ativos domésticos. Essa dinâmica costuma se refletir principalmente nos vértices mais longos da curva de juros, que incorporam expectativas relacionadas ao cenário fiscal e institucional do país. Assim, uma redução mais consistente das taxas de juros de longo prazo continuará dependendo não apenas do comportamento da inflação, mas também de avanços na percepção de sustentabilidade fiscal e de maior previsibilidade do ambiente político.

LISTA DE PRESENÇA – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 25.06.2026

Marcio Farias _____

Daniele Leitzke da Silva _____

Dirceu Roberto Willwock _____

Jessé Tiago Fernandes _____

Simão Seleme Neto _____

Rose Cristiane Hermes _____

Douglas Soares _____

Stephano Dean Pessoa Lins _____

João Ricardo Mees _____

Daniel Bissoli Filho _____

Irinéia de Lurdes Cardoso Baldessar _____

Cristiane Xavier da Silva Saraiva _____

Luciana Sumariva _____

Ameri C. Wesphal _____

Indianara Seman _____

Tayse Ariane _____

Ludmila Priscila dos Santos Pirola _____